

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 51.903 - MS (2016/0230573-0)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : JOSÉ ARTURO IUNES BOBADILLA GARCIA  
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ BORGES NETTO - MS005788  
RECORRIDO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PROCURADOR : RODRIGO SILVA LACERDA CESAR E OUTRO(S) - MS008588

**DECISÃO**

*RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROMOTOR DE JUSTIÇA. PAD. FATO APURADO: FALTA DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DE PARECER FINAL. DESÍDIA. PENA APLICADA: ADVERTÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. PENALIZAÇÃO COERENTE COM OS POSTULADOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, O QUE, CONTUDO, É DEFESO NA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.*

1. Cuida-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por JOSÉ ARTURO IUNES BOBADILLA GARCIA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado:

*E M E N T A – MANDADO DE SEGURANÇA – PROMOTOR DE JUSTIÇA – SINDICÂNCIA INSTAURADA PARA APURAÇÃO DE EVENTUAL COMETIMENTO DE FALTA DISCIPLINAR NO QUE CON CERNE À ATUAÇÃO DO SINDICADO NOS AUTOS DO PROCESSO N. 008.10.001989-4, DA COMARCA DE CORUMBÁ – NEGLIGÊNCIA NO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL QUE RESULTOU NA APLICAÇÃO DA SANÇÃO DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA – PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA – AFASTADA – O DEFERIMENTO DE LIMINAR QUE OBSTA O PROSSEGUIMENTO DA SINDICÂNCIA SUSPENDE O CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO PUNITIVA ADMINISTRATIVA – ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ – OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA – NÃO VERIFICADO – O FATO DE AO IMPETRANTE TER SIDO RECONHECIDA A OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA EM SINDICÂNCIA CUJA COMISSÃO PROCESSANTE E FATOS APURADOS ERAM DIVERSOS NÃO IMPLICA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA, MORMENTE QUANDO A DECISÃO ESTA CONFORME COM ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NO STJ – INEXISTÊNCIA DE MOTIVO PARA APLICAÇÃO DA PENA DE ADVERTÊNCIA – INOCORRÊNCIA – A DECISÃO ADMINISTRATIVA E STÁ DEVIDAMENTE MOTIVADA, TENDO A AUTORIDADE APONTADA*

*COMO COATORA OBSERVADO A CORRELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A INFRAÇÃO FUNCIONAL COMETIDA E A SANÇÃO DISCIPLINAR APLICADA – SEGURANÇA DENEGADA (fls. 332).*

2. Nas razões recursais, o recorrente alega, em suma, ser ilegal a pena de advertência sofrida em razão de Parecer sem fundamentação, ante a inexistência de motivo e motivação.

3. O douto Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do Recurso Ordinário, em parecer assim ementado:

*Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Processo Civil. Administrativo. Processo administrativo disciplinar. Advertência. Parecer emitido por Promotor de Justiça sem fundamentação jurídica. Ausência de violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal no procedimento de sindicância. Não cabe ao Poder Judiciário adentrar na análise do mérito do ato administrativo. Parecer pelo desprovimento do recurso ordinário (fls. 388).*

4. É o relatório.

5. Inicialmente, convém salientar que as questões trazidas a lume pelo recorrente são inegavelmente desafiadoras e controversas, o que torna inviável a sua apreciação na via estreita do Mandado de Segurança, porquanto tal ação, de natureza constitucional, visa a proteger direito líquido e certo já existente e que independe de dilação probatória. Neste sentido:

*ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PERDA DE DELEGAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE NA APLICAÇÃO DA PENA. AUSÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE. INDEFERIMENTO DE PROVAS INÚTEIS E PROTELATÓRIAS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF.*

1. *A via mandamental não é adequada para contraditar as provas recolhidas em processo administrativo disciplinar ou em inquérito administrativo, eis que exige dilação probatória. O direito líquido e certo deve ser comprovado de plano. Se há a necessidade de dilação probatória para a sua confirmação, o que é imprescindível quanto à alegação*

*de inocência ou de inexistência de infrações disciplinares (ou de que essas foram culposas, e não dolosas), a via ordinária é a que deve ser utilizada pela parte impetrante. Precedentes.*

2. "[...] caracterizada a conduta para a qual a lei estabelece, peremptoriamente, a aplicação de determinada penalidade, não há para o administrador discricionariamente a autorizar a aplicação de pena diversa" (MS 20.052/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/10/2016).

3. A nulidade do processo administrativo disciplinar somente deve ser declarada quando evidente o prejuízo sofrido pela defesa", o que inocorreu: Pas de nullité sans grief! 4. Agravo interno não provido (AgInt no RMS 53.758/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 17.10.2017).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. EXAME DO MOTIVO DO ATO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA NECESSÁRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

(...).

INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA 10. Sobre as alegações de falta de dolo e de que os dados de autenticação da impetrante nos sistemas informatizados do Incra foram utilizados por terceiro, a via mandamental não é adequada para confrontar a tese fática da impetrante com a da autoridade impetrada, pois imprescindível a produção de provas para afastar as premissas fáticas constatadas pela autoridade impetrada, o que leva à conclusão que o procedimento do Mandado de Segurança não se mostra a via adequada para dirimir a controvérsia.

11. "Afinal, nesta via não se trabalha com dúvidas, presunções ou ilações. Os fatos têm de ser precisos e incontroversos. A discussão deve orbitar somente no campo da aplicação do direito ao caso concreto, tomando-se como parâmetro as provas pré-constituídas acostadas aos autos." (MS 8.770/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Terceira Seção, DJ 9.12.2003, p. 207). No mesmo sentido: RMS 39.641/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 25.11.2014.

VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

12. A impetrante aponta violação às garantias do

# Superior Tribunal de Justiça

*devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, pois a autoridade impetrada não teria apreciado a alegação da falta de segurança do SISTEMA SNCR, pela possibilidade de captura de senha por estranhos, o que não procede pela que consta na decisão administrativa (fls. 244-245).*

13. *Segurança denegada* (MS 18.350/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 29.11.2016).

6. *Acerca da penalidade aplicada ao Servidor, extrai-se do acórdão recorrido o seguinte:*

*A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXV, ao dispor que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", não está autorizando o Poder Judiciário a interferir nos critérios de conveniência, oportunidade ou justiça dos atos punitivos, visto que estes são de competência exclusiva da Administração.*

*Portanto, em se tratando de procedimento administrativo, a atuação do Poder Judiciário deve limitar-se a examinar o aspecto da legalidade.*

*Segundo José dos Santos Carvalho Filho (in Manual de Direito Administrativo, 21ª edição, Ed. Lumen Juris, p. 724), "(...) o sistema punitivo na Administração deverá atender a princípios específicos para regular a aplicação das sanções. Um deles é o princípio da adequação punitiva (ou proporcionalidade), pelo qual se incumbe ao administrador certa margem de discricionariedade para compatibilizar a conduta e a sanção. Fora desse princípio a punição é arbitrária e ilegal, e passível de invalidação pela Administração ou pelo Judiciário. Outro é o princípio da motivação da penalidade, necessário para apontar os elementos que comprovam a observância, pelo administrador, da correlação entre a infração funcional e a punição imposta".*

*Na sindicância n. 10/067/CGMP/2012, ao impetrante foi aplicada a sanção disciplinar de advertência (art. da Lei Complementar n. 72/94) pela prática da infração disciplinar de negligência no cumprimento do dever legal (art. 176, I, da Lei Complementar n. 72/94) de indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal (art. 107, inciso III, da Lei Complementar n. 72/94).*

*Evidente, portanto, que foi observado o princípio da motivação da penalidade, porquanto a autoridade apontada como coatora correlacionou devidamente a infração funcional apurada (negligência no cumprimento do dever legal) com a penalidade aplicada (advertência), não havendo falar em ilegalidade na aplicação da sanção ao impetrante.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Ademais, simples leitura da decisão proferida pela comissão processante para aplicação da pena de advertência ao impetrante denota a existência de percuciente motivação, pretendendo o impetrante, em verdade, rediscutir a decisão administrativa, matéria que, repito, extrapola a competência do Poder Judiciário.*

*Por fim, registro não proceder o argumento de que não pode ser punido administrativamente por manifestação "sem fundamentação legal, doutrinária e jurisprudência" em processo judicial, uma vez que goza da prerrogativa de independência funcional (art. 127, § 1º 1, da CF), do que também decorre a inviolabilidade pelas manifestações processuais (art. 105, V 2, LC n. 72/94).*

*A independência funcional, que está assegurada no art. 127, § 1º, da CF, e que garante ao membro do Ministério Público inteira liberdade de atuação no exercício da sua atividade-fim, só devendo observância à Constituição e às leis, não se confunde com os deveres estabelecidos na legislação infraconstitucional (art. 107 e incisos da Lei Complementar n. 72/94), por expressa determinação do art. 128, § 5º 3, da CF, e tampouco exclui a obrigatoriedade de os membros do Ministério Público cumpri-los, sob pena de responderem pela prática de infração disciplinar passível de punição na via administrativa.*

7. Verifica-se, ainda, que a penalidade foi aplicada com base no seguinte contexto fático:

*Compulsando os autos, verifica-se que o Procurador de Justiça Aroldo José de Lima encaminhou à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, mediante o Ofício n. 001/2012/GAB (f. 15), relatório de Inspeção Permanente, datado de 17/04/2012, com as seguintes observações quanto à atuação do impetrante, na condição de Promotor de Justiça, no bojo do processo n. 008.10.001989-4, da Comarca de Corumbá/MS: "Parecer final elaborado com desídia, sem a devida fundamentação legal, doutrina e jurisprudência aplicável, ao ponto do magistrado querer aplicar o art. 28 do CPP, depreciando a instituição Ministerial", sugerindo a aplicação do art. 176, incisos I e XII, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (f. 16-20).*

*Em 18/05/2012 (f. 14 e 21), o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. Silvio César Maluf, determinou a atuação do Procedimento de Inspeção Permanente n. 10/041/CGMP/2012, decidindo pela instauração de sindicância para apuração de eventual cometimento de falta disciplinar pelo Promotor de Justiça, com fulcro no art. 186 da Lei Orgânica do Ministério Público no que concerne à sua atuação nos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*autos do processo n. 008.10.001989-4, distribuído ao juízo da Vara da Fazenda Pública e de Registros Públicos de Corumbá (f. 65-76).*

*Em 06/08/2012, mediante a Portaria n. 003/2012 (f. 09-13), o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. Mauri Valentim Riciotti, instaurou a Sindicância n. 10/067/CGMP/2012 em desfavor do impetrante, para apurar os fatos relatados na Inspeção Permanente n. 10/041/2012, conforme previsão contida no art. 186 da Lei Complementar n. 72/94 (institui a Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), com a redação conferida pela Lei Complementar n. 145/2010.*

8. O material probatório colhido no decorrer do Processo Administrativo Disciplinar autoriza – do ponto de vista estritamente formal – a aplicação da sanção, uma vez que decorreu de atividade administrativa disciplinar, a qual aparenta regularidade procedimental, não se evidenciando desproporcional ou despida de razoabilidade a punição aplicada.

9. Diante do exposto, nega-se provimento ao Recurso Ordinário do Particular.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR